

Contribuição escrita
do representante da Comissão Permanente da Concertação Social
em representação das Confederações representativas dos trabalhadores
Francisco Asseiceiro
no âmbito da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Plenário do CSOP

O País precisa não apenas de investimento que reponha o desgaste e degradação das infraestruturas existentes, mas também que alavanque a economia nacional, o emprego, os salários, a criação de riqueza para o País. Um investimento com aposta no aparelho produtivo nacional, na coesão territorial, apoiado em fortes empresas públicas, para além de estruturas da administração central.

A actual conjuntura sanitária tem, também ela, evidenciado a relevância e a imprescindibilidade do serviço público.

A destruição de estruturas públicas, concretizada pelos interesses que defendem um Estado mínimo, para usufruto de um Estado máximo, devastou o que o capacitava, como comprador, em nível técnico não inferior ao do vendedor, até na elaboração de termos de referência e avaliação de propostas, mas particularmente na cultura de planeamento, cuja ausência é quase unanimemente identificada no Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030).

Também nesta perspectiva, valorizar a recriação do CSOP e o serviço público que lhe cabe na preparação de decisões sobre os programas de investimento e projetos de grande relevância, desde logo, sobre o PNI2030, e salientar a qualidade do trabalho já desenvolvido, refletido nos relatórios e pareceres realizados.

Contudo, a existência deste órgão significa somente a existência de uma das condições necessárias para uma adequada seleção e valorização do investimento público estruturante, mas não de todas as condições suficientes.

E isto porque, tal desiderato só se alcançará com o fim das políticas que subvalorizam o serviço público, com a defesa e promoção intransigente da capacidade de projeto e de produção nacional, e o papel reservado ao Estado

nos termos constitucionais, do planeamento democrático do investimento público, sendo também vital para este efeito retomar o PIDDAC. No mesmo sentido, o LNEC, também alvo de desinvestimento, deve ver reposicionada a sua missão e meios em patamar ainda mais compatível com o percurso e a valia técnica que lhe é reconhecida e as exigências com que o País está confrontado.

As análises de coerência externa e interna do PNI2030 estabelecendo conexões com os instrumentos sectoriais e eixos estratégicos, de substância geralmente conceptual e consensual, não ocultam, neste programa, a muito insuficiente identificação territorial e sectorial com a realidade económica do País.

Ou seja, quer a inexistente caracterização pelo do lado da procura e dos objectivos de desenvolvimento, que deveria suportar a opção pelos investimentos apresentados, ou melhor, listados, numa vertente de oferta, quer a falta de clarificação do modelo de concretização, denota no PNI2030, o vazio de informação em tudo o que possa proteger a progressão do sector privado à custa do recuo do sector empresarial do Estado nos sectores estratégicos, à medida que a relação de forças o permitir. E neste contexto interpretar os quase 8mM€ de investimento privado empolado, perspectivando investimento público de apoio a este sector.

O investimento público, que envolve necessariamente amplos recursos, tem sido profundamente sacrificado em detrimento dos milhares de milhões de euros públicos que são entregues aos grupos económicos nos escândalos da banca, nas parcerias público privadas, nos juros da dívida. As imposições da UE, a submissão ao Euro, a privatização de empresas de sectores estratégicos revelam-se no condicionamento até dos baixos níveis de investimento em infraestruturas.

Após décadas de muito reduzido investimento ou mesmo desinvestimento, e sem planeamento que permitisse às empresas perspectivar alguma sustentabilidade, o está País debilitado nas capacidades técnicas de realização de projectos, cujas empresas nacionais devem ser apoiadas na sua recuperação, e também na capacidade de realização de obras exigindo designadamente profunda reflexão sobre as implicações do CCP neste sector.

E assim, o baixo nível de execução que marca programas como os anteriores PET, PETI3+/GTIEVA, Portugal2020, dos quais muitos investimentos são novamente anunciados no PNI2030 sem uma explicação fundamentada dos atrasos e das ilações a retirar, coloca dúvidas sobre a sua concretização, adensadas na actual conjuntura, que não deve ser utilizada como mais uma forma de cativação. De recordar que o investimento público se tem situado em 1,5% quando deveria andar próximo dos 5% do PIB.

Nestas condições, para acelerar o investimento estruturante em sectores estratégicos, é urgente que a exemplo do que foram estruturas recentes como o Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, o Projecto de Modernização da Ligação Lisboa-Algarve, a Rede de Alta Velocidade, RAVE, no caso da ferrovia, se crie este tipo de órgãos de gestão de projectos e obras para os principais pacotes de investimentos sectoriais, no âmbito de estruturas existentes e a criar na administração pública e no sector empresarial do Estado, avançando com urgente recrutamento significativo e formação integrando o sistema científico e tecnológico nacional.

O parecer técnico realizado pela Comissão Técnica sintetiza muitas das fragilidades do PNI2030 e apresenta importantes recomendações gerais por áreas temáticas, e específicas por programa/projecto, com priorização.

O parecer da UTAP mostra-nos como se pode fazer um bom documento com a escassa matéria prima do PNI2030.

Quanto à análise custo benefício e à análise da viabilidade financeira dos projetos de investimentos é dito no parecer que *«Não existe, porém, qualquer referência a estas análises no PNI2030, o que pode ser justificado pela natureza ainda programática/de planeamento deste instrumento.»* Mas dada a sua relevância *«...para o processo de selecção e de formação da convicção da promoção dos projectos, bem como pelo domínio que as entidades promotoras dos projectos deverão ter sobre os impactos sócio económicos esperados e os pressupostos financeiros dos projectos, ... deverão ser essas entidades responsáveis pela realização das citadas análises...»*

Neste âmbito, os impactos socio económicos a integrar na análise custo benefício de um determinado projecto ou conjunto de projectos, mesmo que por comparação, suscitam avaliação que inclua as consequências do modo de

produção e das relações de trabalho dele decorrentes, na operacionalização das infraestruturas construídas, vertentes que se prendem a representação do autor destas linhas, no conselho plenário.

As infraestruturas a construir destinam-se a suportar o desenvolvimento das actividades económicas com o objectivo da satisfação das necessidades da sociedade em geral, salvaguardando as condições ambientais. As necessidades sociais incluem as condições de trabalho, com direitos, de quem produz o que é objecto de cada investimento.

Assim, tem-se como relevante que a análise do impacto socioeconómico de cada investimento, a realizar pelas entidades responsáveis e posteriormente a apreciar pelo CSOP, integre o balanço de emprego, associando estes investimentos a uma lógica de valorização dos salários, combate à precariedade e protecção dos direitos dos trabalhadores, com efeito multiplicador, designadamente para a dignificação das condições de vida e para o consumo interno, tal como tem o investimento público neste tipo de infraestruturas para o desenvolvimento da economia.

Nesta ótica, em vez de assente no modo de produção privado que tem vindo a deslocar para longe do País impostos, lucros, rendas e centros de decisão, deixando por cá muito trabalho precário e baixos salários, o PNI2030 deveria basear-se na articulação com as grandes empresas públicas no caso do sector dos transportes e, nos restantes, na reintegração no sector empresarial do Estado, bem como no aparelho produtivo nacional, na reanimação da indústria designadamente de equipamentos pesados.

E sendo de valorizar a importância de muitos dos investimentos constantes no PNI2030 cuja concretização em muitos casos só pecará por atraso, indissociável do condicionamento da gestão e dos meios públicos resultante da privatização e concessão dos sectores estratégicos, importa destacar que o País precisa de um investimento não só mais ambicioso no plano quantitativo do que o proposto neste documento em apreço, como mais coerente com o conjunto de necessidades nacionais.

2020/05/22